

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Privada. A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 6.842 (R\$ 4.804 em 2022). Este valor é composto por R\$ 5.629 (R\$ 3.644 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 96 (R\$ 54 em 2022) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.116 de outros benefícios de longo prazo. Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas	Controladora								
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Alocação de despesas entre empresas									
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.109	-	4.317	3.332	7.437	-	21.036	10.158	
Materiais e Prestação de Serviços									
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.219	235	5.261	11.089	11.816	22.270	94.639	16.481	
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio									
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	27.625	-	-	-	-	-	
Disponibilização do Sistema de Transmissão									
Entidades sob o controle da CPFL Energia	4.329	4.604	-	-	384.629	354.981	-	-	
Outras operações financeiras									
Entidades sob o controle da CPFL Energia	7	7	-	-	-	7	-	-	
Outras									
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	94.303	-	-	
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	11.465	-	-	-	-	-	8.882	-	
Fundação Eletrocee	-	-	-	8.905	-	-	-	6.973	

30. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2023
Ativo vinculado à Concessão	Riscos Nomeados	391.000
Transporte	Nacional e Internacional	35.894
	Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e Resp. Civil Profissional (E&O)	30.000
Responsabilidade Civil	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	111.777
Pessoas	Seguro Garantia	29.816
Garantia	D&O	150.000
Outros		<u>748.486</u>

31. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração: • Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reequilíbrio das exposições aos limites de risco aprovados. • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento de: • Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe: • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por: • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reequilíbrio das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais

Valores de mercado (contábil)

Estratégia	Ativo		Passivo		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo											
Hedge variação cambial											
Empréstimos bancários	-	(20.430)	-	(20.430)	(20.430)	(13.196)	(7.234)	USD + 4,4906%	CDI + 1,25%	dez/25	416.195
		<u>(20.430)</u>		<u>(20.430)</u>	<u>(20.430)</u>	<u>(13.196)</u>	<u>(7.234)</u>				
Hedge variação índice de preços											
Debêntures	39.131	-	-	-	39.131	(1.202)	40.333	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,619%	abr/24 a out/33	450.000
	<u>39.131</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.131</u>	<u>(1.202)</u>	<u>40.333</u>				
Total	39.131	(20.430)	-	-	18.701	(14.398)	33.099				
Circulante	104	-	-	-	-	-	-				
Não circulante	39.027	(20.430)	-	-	18.701	(14.398)	33.099				

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Controladora			
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Para dívidas designadas a valor justo	-	4.373	(18.771)	(14.398)
Marcação a mercado	-	33.099	-	33.099
Total	-	37.472	(18.771)	18.701
Ativo - circulante	-	-	-	104
Ativo - não circulante	-	-	-	39.027
Passivo - não circulante	-	-	-	(20.430)

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17). O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2023	2022
Variação de taxas de juros	(7.234)	-
Marcação a mercado	6.199	-
Variação cambial	40.333	-
Marcação a mercado	1.528	-
	<u>40.826</u>	<u>-</u>

c) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das

fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, e acionamento das garantias fornecidas pelos clientes da CCEE quando necessário. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** A Transmissora receberá pela prestação de serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia descrita nas cláusulas do contrato. Uma vez a ANEEL revisando e homologando a Receita Anual Permitida, a transmissora aplica as condições de cobrança para as concessionárias e permissionárias. A receita assim fixada, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão da RAP, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Nota Explicativa	Categoria/Mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado		
			31/12/2023		31/12/2023		
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativos							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	(a)	Nível 2	263.595	263.595	374.296	374.296
Investimentos em Títulos do Governo	6	(a)	Nível 1	63.131	63.131	88.352	88.352
Derivativos	32	(a)	Nível 2	39.131	39.131	39.131	39.131
				<u>365.857</u>	<u>365.857</u>	<u>501.779</u>	<u>501.779</u>
Passivos							
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos(**)	16	(a)	Nível 2 (***)	402.854	402.854	402.854	402.854
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2	1.270.459	1.263.748	1.270.459	1.263.748
Debêntures - principal e encargos(**)	17	(a)	Nível 2	454.578	454.578	454.578	454.578
Derivativos	32	(a)	Nível 2	20.430	20.430	20.430	20.430
Total				2.148.321	2.141.610	2.148.321	2.141.610

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 7.727 em 31 de dezembro de 2023.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7.

Legenda

Categoria/Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são: • Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (iii) serviços prestados a terceiros. • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Instrumentos derivativos:** O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada a menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas, conforme apresentado nas notas 16 e 17. Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16 e 18). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA, TULP e SELIC), conforme demonstrado: **d.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Controladora			
			Depreciação cambial (b)		Receita (despesa) Apreciação cambial de 50% (c)	
			(16.759)	88.144	88.144	193.048
Instrumentos financeiros passivos	(402.854)					
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	411.732		17.129	(90.087)		(197.302)
	<u>8.878</u>	baixa dolar	<u>370</u>	<u>(1.943)</u>	<u>(1.943)</u>	<u>(4.254)</u>
Total	8.878		370	(1.943)	(1.943)	(4.254)
Efeitos no resultado do período			370	(1.943)	(1.943)	(4.254)

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Período	Taxa no Cenário Provável (A)	Consolidado			
					Taxa no Cenário Provável (A)		Receita (Despesa) Elevação/ Redução de Índice em 25% (B) Elevação/ Redução de Índice em 50% (B)	
					Provável	Índice em 25% (B)	Índice em 50% (B)	Índice em 50% (B)
Instrumentos financeiros ativos	88.352				3.083	8.071	5.381	
Instrumentos financeiros passivo	(456.106)				(15.918)	(41.666)	(27.777)	
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	516.296				18.019	47.164	31.443	
	<u>148.542</u>	baixa IPCA	4,62%	3,49%	<u>5.184</u>	<u>13.569</u>	<u>9.046</u>	
Instrumentos financeiros passivo	(1.272.950)				(128.695)	(160.869)	(193.043)	
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(909.327)				(91.933)	(114.916)	(137.900)	
	<u>(2.182.277)</u>	alta CDI	11,65%	10,11%	<u>(220.628)</u>	<u>(275.785)</u>	<u>(330.942)</u>	
Total	(2.033.736)				(215.444)	(262.216)	(321.896)	
Efeitos no resultado do período					(215.444)	(262.216)	(321.896)	

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.